

CONHEÇA OS DIREITOS DO SEU FILHO!



Caso tenham de ir a tribunal



Cofinanciado pelo Programa
Justiça da União Europeia

Este folheto foi elaborado no âmbito do projeto:

Child-Friendly JT

O direito dos menores à informação, tradução e interpretação nos processos penais: Desenvolvimento de ferramentas adaptadas aos menores
JUST-AG-2016-06-760674

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.



2 O DIREITO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A criança tem o direito a tradução e interpretação. Tal significa que se as pessoas que trabalham nos órgãos judiciais falarem numa língua que não compreende, a criança terá o direito a um intérprete que a ajude a compreender o que lhe está a ser dito, bem como à tradução dos documentos mais importantes.

A criança terá igualmente direito a assistência profissional, caso tenha dificuldades de visão ou fala. Deverá receber, por exemplo, assistência de uma pessoa que domine a língua gestual ou que lhe traduza os documentos para Braille.

Se houver algo que não entendeu, a criança poderá perguntar.

- Do crime de que é acusada.
- Da forma em que se considera que participou no crime.
- De quais são os seus direitos.
- De como decorre o processo penal.
- De quem vai participar no processo penal.

A criança tem o direito de ser informada de forma clara e simples acerca:

1 O DIREITO À INFORMAÇÃO

CONHEÇA OS DIREITOS DO SEU FILHO!

Caso tenham de ir a tribunal



Se as autoridades legais suspeitarem ou considerarem que o seu filho cometeu um crime e instaurarem um processo-crime contra o mesmo, a criança tem o **direito de receber informações claras e detalhadas sobre os seus direitos.** Poderá ajudar a sua criança a entendê-los.

O seguinte folheto serve para lhe explicar esses direitos

ÓRGÃOS JURISDICIONAIS

Estes são os locais onde se resolvem os conflitos.

PROCURADORES

Estes são os defensores públicos, os defensores de um crime, os defensores dos cidadãos. O seu trabalho é recolher as provas do crime e provar que a pessoa de que suspeitam o cometeu.

JUIZES E MAGISTRADOS

Estas são as pessoas que têm o poder de decisão sobre um processo judicial. O Estado confere-lhes o poder de julgar, sentenciar penas e garantir que estas são cumpridas.

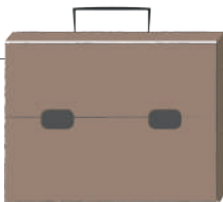
O QUE SÃO AS AUTORIDADES LEGAIS?

Trata-se das pessoas que trabalham nos tribunais, tais como juizes, magistrados e procuradores.

CARTA DE DIREITOS PARA MENORES, EXPLICADA ÀS MÃES, PAIS OU TITULARES DA RESPONSABILIDADE PARENTAL

3 O DIREITO DE ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO

A criança tem o direito a ser defendida por um advogado, podendo pedir a assistência de um advogado da sua confiança. Se a criança não tiver um advogado e na eventualidade de esta poder vir a receber uma pena de prisão, é obrigatório que lhe seja atribuído um. Esse serviço pode ser gratuito.



Tal direito inclui:

- A criança poder aconselhar-se com seu advogado antes de ir a tribunal e/ou antes do interrogatório policial.
- O advogado da criança estar presente durante o interrogatório das autoridades judiciais, podendo intervir em sua defesa.
- O advogado da criança poder acompanhá-la durante certas investigações ou a recolha de provas efetuadas pela polícia.
- Todas as suas conversas com o advogado serem privadas.

4 O DIREITO DE A MÃE, O PAI OU O TUTOR LEGAL SEREM INFORMADOS

A criança tem o direito a que a polícia faça chegar a mesma informação que lhe foi facultada à mãe, ao pai ou ao tutor legal. Os pais ou o tutor legal terão, por exemplo, direito a serem informados de que a sua criança é suspeita de um crime, de quais são os seus direitos, de como funcionam os processos penais, de quem irá participar, de quais são as medidas que irão ser adotadas, etc.

Existem situações em que poderá não ser do melhor interesse da criança que os pais ou o tutor legal sejam informados. Nesses casos, a criança poderá escolher outro adulto a ser informado. É necessário que as autoridades aceitem esse adulto.

5 O DIREITO À PRESENÇA DA MÃE, DO PAI OU DO TUTOR LEGAL DURANTE O PROCESSO PENAL

A criança tem o direito a ser acompanhada pelos pais ou pelo tutor legal ao longo de todo o processo penal. Por exemplo, quando tiverem de falar com juízes ou procuradores.

Existem situações em que a sua presença poderá não ser do melhor interesse da criança. Nesses casos, a criança poderá optar pela presença de outro adulto. É necessário que as autoridades aceitem esse adulto.



6 O DIREITO A AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

A criança tem o direito a uma avaliação individual. Os profissionais que trabalham no tribunal irão dirigir-lhe perguntas sobre a sua família, as amizades, os estudos, etc.

Esta avaliação é realizada para que as autoridades judiciais estejam a par das necessidades individuais da criança e adotem as medidas que consideram adequadas para o seu caso.

Em geral, a avaliação será realizada no início do processo, antes do julgamento em tribunal.

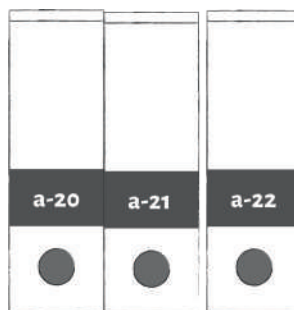
7 O DIREITO À PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NO JULGAMENTO



A criança tem o direito de assistir e participar no julgamento. Tal significa que poderá estar presente no julgamento e expressar a sua opinião.

Na impossibilidade de assistir ao julgamento, a criança terá o direito de pedir um novo julgamento ou de solicitar outro tipo de recurso judicial, sob determinadas condições.

8 O DIREITO DE ACESSO AOS MATERIAIS QUE DIZEM RESPEITO AO CASO



A criança tem o direito de aceder aos documentos relacionados com o seu caso. O advogado poderá igualmente solicitar o acesso aos mesmos.



9 O DIREITO À PROTEÇÃO DA SUA PRIVACIDADE

A criança tem o direito a que a sua vida privada seja salvaguardada ao longo de todo o processo. O julgamento é geralmente realizado sem público ou o juiz/tribunal poderá decidir realizar o julgamento na ausência de público.

As gravações dos interrogatórios não serão tornadas públicas. Tal significa que apenas o seu filho e as autoridades poderão visualizar e ouvir as gravações.

10 O DIREITO A RECURSO

Na eventualidade de considerar que os seus direitos não foram respeitados, a criança poderá instar junto das autoridades judiciais e solicitar que as decisões tomadas sejam revistas.